

Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos  
(Organizador)

# A Natureza e o Conceito do Direito 3



**Atena**  
Editora  
Ano 2020

Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos  
(Organizador)

# A Natureza e o Conceito do Direito 3



**Atena**  
Editora  
Ano 2020

### **Editora Chefe**

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

### **Assistentes Editoriais**

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

### **Bibliotecário**

Maurício Amormino Júnior

### **Projeto Gráfico e Diagramação**

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremona

Karine de Lima Wisniewski

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

### **Imagens da Capa**

Shutterstock

### **Edição de Arte**

Luiza Alves Batista

### **Revisão**

Os Autores

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena

Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena

Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

A Atena Editora não se responsabiliza por eventuais mudanças ocorridas nos endereços convencionais ou eletrônicos citados nesta obra.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação.

### **Conselho Editorial**

#### **Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense  
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília  
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia  
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo  
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá  
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima  
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros  
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice  
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas  
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

#### **Ciências Agrárias e Multidisciplinar**

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano  
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás  
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados  
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná  
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia  
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa  
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará  
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido  
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará  
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa  
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará  
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido  
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

## **Ciências Biológicas e da Saúde**

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília  
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás  
Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves -Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri  
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília  
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina  
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira  
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras  
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia  
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco  
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará  
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí  
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas  
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá  
Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados  
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino  
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora  
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

## **Ciências Exatas e da Terra e Engenharias**

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto  
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí  
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás  
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia  
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará  
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho  
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande  
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá

Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

### **Linguística, Letras e Artes**

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins  
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro  
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará  
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões  
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná  
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará  
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste  
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

### **Conselho Técnico Científico**

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo  
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza  
Prof. Me. Adalto Moreira Braz – Universidade Federal de Goiás  
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba  
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí  
Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional  
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão  
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão  
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico  
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia  
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais  
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco  
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar  
Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos  
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo  
Profª Drª Cláudia Tais Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas  
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará  
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília  
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa  
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco  
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás  
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia  
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases  
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina

Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil  
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita  
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás  
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí  
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora  
Prof. Dr. Fabiano Lemos Pereira – Prefeitura Municipal de Macaé  
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas  
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo  
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária  
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina  
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro  
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza  
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia  
Prof. Me. Javier Antonio Alborno – University of Miami and Miami Dade College  
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará  
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social  
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe  
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay  
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco  
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás  
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA  
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia  
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis  
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR  
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará  
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ  
Profª Drª Lúvia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás  
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe  
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados  
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná  
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos  
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior  
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo  
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará  
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri  
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco  
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal

Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba

Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco

Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão

Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo

Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana

Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí

Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo

Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista



**Editora Chefe:** Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira  
**Bibliotecário** Maurício Amormino Júnior  
**Diagramação:** Karine de Lima Wisniewski  
**Edição de Arte:** Luiza Alves Batista  
**Revisão:** Os Autores  
**Organizador:** Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**  
**(eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)**

N28 A natureza e o conceito do direito 3 [recurso eletrônico] /  
 5 Organizador Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos.  
 – Ponta Grossa, PR: Atena, 2020.

Formato: PDF  
 Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader.  
 Modo de acesso: World Wide Web.  
 Inclui bibliografia  
 ISBN 978-65-5706-360-6  
 DOI 10.22533/at.ed.6060201109

1. Direito – Filosofia. 2. Direito do trabalho.  
 I.Vasconcelos, Adaylson Wagner Sousa de.

CDD 340

**Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422**

**Atena Editora**

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)

contato@atenaeditora.com.br

## APRESENTAÇÃO

**A NATUREZA E O CONCEITO DO DIREITO – VOL. III**, coletânea de vinte e sete capítulos que une pesquisadores de diversas instituições, discute temáticas que circundam a grande área do Direito e dos diálogos possíveis de serem realizados com as demais áreas do saber e com situações sociais que exercem no sistema jurídico a necessidade de mudar, atualizar e assim se mostrar atualizado frente as demandas da comunidade.

Em cinco divisões estão debates que circundam direitos humanos, princípios constitucionais, direitos da personalidade e meios para resolução de conflitos; direito e os hipossuficientes; universo criminal, violências e o sujeito feminino; meio ambiente, direito e a realidade agro; e direito e educação.

De início, direitos humanos, princípios constitucionais, direitos da personalidade e meios para resolução de conflitos nos traz análises interessantes como decisão da corte interamericana sobre realidade nacional, constitucionalismo brasileiro alicerçado em lições de fraternidade e solidariedade, discussões sobre a principiologia constitucional, resguardo da imagem mesmo de pessoas reconhecidas socialmente, bem como restauro da ordem social por meio de mecanismos de resolução de conflitos e mediação, práticas de um novo direito para uma nova sociedade que urge em busca de decisões rápidas e eficientes.

No direito e os hipossuficientes são verificadas contribuições que versam sobre direito migratório, regulação jurídica do trabalho migrante, direito a afetividade do menor, seja criança ou adolescente, PJe e o acesso, ou falta dele, para a pessoa idosa, além do ex-apanado e mercado de trabalho.

Em universo criminal, violências e o sujeito feminino são encontradas questões como política criminal da transmissão de doenças sexualmente transmissíveis, superlotação carcerária e ineficácia das alternativas até então apresentadas, discurso midiático, violência e feminicídio, opressão vivenciada pela mulher, perfil dos assassinatos e feminicídios no Ceará, bem como a justiça restaurativa como instrumento de resgate para mulheres que sofrem violência.

No debate meio ambiente, direito e a realidade agro é contemplada reflexão sobre direitos ambientais, responsabilização ambiental, agrobiodiversidade e preservação de sementes, como também o contrato de integração vertical agroindustrial.

Por fim, direito e educação aborda direito à educação, ensino jurídico, perspectiva waratiana, direito vivo e educação como elemento basilar para uma cultura de paz.

Assim sendo, convidamos todos os leitores para exercitar diálogos com os estudos aqui contemplados.

Tenham proveitosas leituras!

Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos

## SUMÁRIO

### CAPÍTULO 1..... 1

A SENTENÇA DA CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS NO CASO TRABALHADORES FAZENDA BRASIL VERDE VS. BRASIL

Kelly Cristina de Oliveira Melo

DOI 10.22533/at.ed.60602011091

### CAPÍTULO 2..... 15

FRATERNIDADE E SOLIDARIEDADE: UMA CONTRIBUIÇÃO DA CONSTITUIÇÃO BRASILEIRA AO HUMANISMO

Ildete Regina Vale da Silva

Paulo de Tarso Brandão

DOI 10.22533/at.ed.60602011092

### CAPÍTULO 3..... 30

A ESTABILIZAÇÃO DOS EFEITOS DA TUTELA ANTECIPADA, REQUERIDA EM CARÁTER ANTECEDENTE, FRENTE AOS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS

Tamires Cristina Jacinto de Lima

Luiz Gustavo Simões Valença de Melo

DOI 10.22533/at.ed.60602011093

### CAPÍTULO 4..... 48

PRINCÍPIO DA TRANSPARÊNCIA ALGORÍTMICA E DEVIDO PROCESSO LEGAL: UM DIÁLOGO NECESSÁRIO PARA GARANTIA DO DIREITO À EXPLICAÇÃO

Lara Oliveira Souza

DOI 10.22533/at.ed.60602011094

### CAPÍTULO 5..... 58

TUTELA JURÍDICA DO DIREITO À IMAGEM DAS “PESSOAS PÚBLICAS”

Patricia Simm

DOI 10.22533/at.ed.60602011095

### CAPÍTULO 6..... 73

A JUSTIÇA RESTAURATIVA E UTILIZAÇÃO DE MEIOS AUTOCOMPOSITIVOS DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS COMO CONDIÇÃO DE POSSIBILIDADE PARA A RESTAURAÇÃO DA HARMONIA SOCIAL

Taís Eduarda Rostirolla

Tatiana Martins do Amaral

Daniele Weber S. Leal

Jones Mariel Kehl

DOI 10.22533/at.ed.60602011096

### CAPÍTULO 7..... 88

UM ESTUDO ACERCA DO INSTITUTO DA MEDIAÇÃO E DA SUA APLICABILIDADE NA COMARCA DE TAQUARA/RS NO ANO DE 2018

Éder Machado de Oliveira

Tatiana Martins do Amaral

Daniele Weber S. Leal

Jones Mariel Kehl

**DOI 10.22533/at.ed.60602011097**

**CAPÍTULO 8..... 102**

**DIREITO MIGRATÓRIO: UMA ANÁLISE DAS SITUAÇÕES DOS HAITIANOS EM CURITIBA**

Gianluca Nicochelli

Filipe Martins Macedo

**DOI 10.22533/at.ed.60602011098**

**CAPÍTULO 9..... 116**

**A REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E A (DES) REGULAÇÃO JURÍDICA DO TRABALHO MIGRANTE**

Thais Helena Alves Rossa

**DOI 10.22533/at.ed.60602011099**

**CAPÍTULO 10..... 127**

**DIREITO A AFETIVIDADE COMO REGULADOR DA PERSONALIDADE DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE E INFLUENCIADOR SOCIAL**

Melyssa Mendonça Araújo

Renan Nogueira de Oliveira

Sávio de Oliveira Gonçalves

**DOI 10.22533/at.ed.606020110910**

**CAPÍTULO 11..... 135**

**PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO E O (DES)ACESSO À JUSTIÇA DO IDOSO NO BRASIL**

Keite Crisóstomo Bezerra

Carolina Yukari Veludo Watanabe

**DOI 10.22533/at.ed.606020110911**

**CAPÍTULO 12..... 146**

**AS DIFICULDADES VIVENCIADAS PELOS EX-APENADOS NA INSERÇÃO AO MERCADO DE TRABALHO**

Ana Luiza Gomes de Abreu

Cristiana Russo Lima da Silva

Diêgo Lima Maciel

**DOI 10.22533/at.ed.606020110912**

**CAPÍTULO 13..... 156**

**REFLEXÕES SOBRE A POLÍTICA CRIMINAL DA TRANSMISSÃO DO HIV/Aids COM BASE NO DIREITO SISTÊMICO**

Monica Paraguassu Correia da Silva

**DOI 10.22533/at.ed.606020110913**

<b>CAPÍTULO 14</b> .....	<b>168</b>
A INEFICÁCIA DAS ALTERNATIVAS PENAIS COMO FORMA DE COMBATE À SUPERLOTAÇÃO CARCERÁRIA	
Matheus de Quadros	
<b>DOI 10.22533/at.ed.606020110914</b>	
<b>CAPÍTULO 15</b> .....	<b>178</b>
MÍDIA E CONSTRUÇÃO DA REALIDADE: O DISCURSO DA INSEGURANÇA E DO MEDO E SUAS CONSEQUENTES VIOLAÇÕES CONSTITUCIONAIS NAS NOTÍCIAS VEICULADAS POR PROGRAMAS POLICIAIS	
Gabriela Moreira d'Assumpção Torres	
<b>DOI 10.22533/at.ed.606020110915</b>	
<b>CAPÍTULO 16</b> .....	<b>193</b>
A INFLUÊNCIA DA MÍDIA TELEVISIVA E DOS ÓRGÃOS PÚBLICOS NA PERSISTÊNCIA DO FEMINICÍDIO	
Carolina de Araújo Oliveira da Silva	
Pedro Amaral de Lima Spindola	
<b>DOI 10.22533/at.ed.606020110916</b>	
<b>CAPÍTULO 17</b> .....	<b>202</b>
A OPRESSÃO E A DISCRIMINAÇÃO DO GÊNERO FEMININO	
Filipe Galatti Marchiori	
Priscila Silveira Duarte Pasqual	
<b>DOI 10.22533/at.ed.606020110917</b>	
<b>CAPÍTULO 18</b> .....	<b>215</b>
VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER: ANÁLISE DO PERFIL DE ASSASSINATOS E FEMINICÍDIO NO ESTADO DO CEARÁ	
Laríssia Cândido Cardoso	
Teófilo Silva Primo Correia	
Delmair Oliveira Magalhães Luna Filha	
Pedro Yan Alexandre Barbosa Kennedy	
Grayce Alencar Albuquerque	
<b>DOI 10.22533/at.ed.606020110918</b>	
<b>CAPÍTULO 19</b> .....	<b>224</b>
JUSTIÇA RESTAURATIVA COMO MEIO DE EMPODERAMENTO DE MULHERES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA	
Bruna de Carvalho Fagundes de Lima	
Juliana de Sousa Barbosa	
Jones Mariel Kehl	
Tatiana Martins do Amaral	
Daniele Weber da Silva Leal	
<b>DOI 10.22533/at.ed.606020110919</b>	

<b>CAPÍTULO 20</b> .....	<b>237</b>
UMA BREVE REFLEXÃO SOBRE OS DIREITOS AMBIENTAIS E DIFUSOS E O AMBIENTE QUE VIVEMOS	
<i>Armando Luciano Carvalho Agostini</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.606020110920</b>	
<b>CAPÍTULO 21</b> .....	<b>254</b>
A TRÍPLICE RESPONSABILIZAÇÃO AMBIENTAL NO DIREITO BRASILEIRO: ADMINISTRATIVA, CIVIL E PENAL	
<i>Aprígio Teles Mascarenhas Neto</i>	
<i>Francisco Sávio Ponte</i>	
<i>Mario Antônio Macedo de Sousa</i>	
<i>Maria Celina Lemos Macedo</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.606020110921</b>	
<b>CAPÍTULO 22</b> .....	<b>268</b>
AGROBIODIVERSIDADE E PRESERVAÇÃO DAS SEMENTES: A IMPORTÂNCIA DA SOCIEDADE EM REDE NA EFETIVAÇÃO DESSE DIREITO	
<i>Francieli lung Izolani</i>	
<i>Jerônimo Siqueira Tybusch</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.606020110922</b>	
<b>CAPÍTULO 23</b> .....	<b>282</b>
O CONTRATO DE INTEGRAÇÃO VERTICAL AGROINDUSTRIAL NA LEI 13.288/16 E A INCOMPLETUDE CONTRATUAL NO SETOR DO AGRONEGÓCIO: ANÁLISE DO MERCADO AGROEXPORTADOR DE CARNES	
<i>David Kenji Itonaga</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.606020110923</b>	
<b>CAPÍTULO 24</b> .....	<b>302</b>
DO DIREITO DA EDUCAÇÃO AO DIREITO À EDUCAÇÃO	
<i>Edilamar Rodrigues de Jesus e Faria</i>	
<i>Luiza Rodrigues Costa</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.606020110924</b>	
<b>CAPÍTULO 25</b> .....	<b>312</b>
O ENSINO JURÍDICO EM UMA PERSPECTIVA WARATIANA	
<i>Aleteia Hummes Thaines</i>	
<i>Marcelino da Silva Meleu</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.606020110925</b>	
<b>CAPÍTULO 26</b> .....	<b>325</b>
O DIREITO VIVO DE EUGEN EHRLICH E AS SUAS MANIFESTAÇÕES NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO	
<i>Adriano Delfino Moreira</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.606020110926</b>	

<b>CAPÍTULO 27</b> .....	<b>339</b>
<b>EDUCAÇÃO PARA UMA CULTURA DE PAZ E A INTERDISCIPLINARIDADE NA NEG-MED-ARB</b>	
Edilamar Rodrigues de Jesus e Faria	
Luiza Rodrigues Costa	
Fernanda Rodrigues Costa	
<b>DOI 10.22533/at.ed.606020110927</b>	
<b>SOBRE O ORGANIZADOR</b> .....	<b>352</b>
<b>ÍNDICE REMISSIVO</b> .....	<b>353</b>

# CAPÍTULO 17

## A OPRESSÃO E A DISCRIMINAÇÃO DO GÊNERO FEMININO

Data de aceite: 01/09/2020

**Filipe Galatti Marchiori**

Universidade Paulista (UNIP)  
Campus JK em São José do Rio Preto

**Priscila Silveira Duarte Pasqual**

Universidade Paulista (UNIP)  
Campus JK em São José do Rio Preto  
Universidade Federal de São Paulo,  
UNIFESP

**RESUMO:** Este trabalho é fruto de uma revisão da literatura do papel da mulher na sociedade desde o início da civilização sedentária até a contemporaneidade brasileira. O objetivo deste estudo é mostrar como a mulher sofreu com a opressão e com a discriminação em razão do seu gênero, além de refletir sobre a forma de como a sociedade machista entende seu papel, relacionando-o aos afazeres domésticos e à procriação, submetendo a mulher à vontade do homem ou “chefe” da família. Muitos preconceitos sobre o papel feminino perpetuam-se devido à falta de indignação e conformismo do ambiente. Diversos aspectos são analisados para entender como e as razões pelas quais esses pensamentos incompatíveis com o século XXI ainda prevalecem e dificultam a vida das pessoas envolvidas, afetando a sociedade como um todo. A sociedade sofreu evoluções, contudo não suficientes para acabar com moldes enraizados e distorcidos sobre a figura feminina que aparece, por exemplo, moldada na literatura e nas cantigas populares.

**PALAVRAS-CHAVE:** Mulher. Sociedade. História. Patriarcado.

### THE OPPRESSION AND DISCRIMINATION OF THE FEMALE GENDER

**ABSTRACT:** This work is the result of a review of the literature and the role of women in society from the beginning of the sedentary civilization to the Brazilian contemporary. The objective of this study is to show how women have suffered from oppression and discrimination because of their gender, besides reflecting on how the male-dominated society understands their objective, relating it to domestic chores and procreation, submitting the woman to the man will or householder. Many prejudices about the female role perpetuate themselves due to the lack of indignation and conformism of the environment. Several aspects are analyzed to understand how and the reasons why these thoughts incompatible with the 21st century still prevail and make life difficult for the people involved, directly or indirectly, affecting society as a whole. Society has undergone evolutions, however not enough to end rooted and distorted molds on the female figure that appears, for example, molded in literature and popular songs.

**KEYWORDS:** Woman. Society. History. Patriarchate.

### 1 | INTRODUÇÃO

O século XXI, auge da civilização humana, apresenta avanços sociais, políticos, tecnológicos, econômicos, nunca antes



imaginados. Contudo, ainda convivemos com notícias e com costumes de desrespeitos ao próximo, que agridem a ideia e a necessidade de convivência em sociedade. Através da história, esses costumes têm sido herdados de nossos ancestrais, remontando ao início da vida em grupo. Deste cenário, questionamos o fato de que *mesmo sendo consideradas atitudes ultrapassadas, por qual o motivo de ainda carregarmos esses comportamentos até hoje?*

A generalização desses costumes atinge diversos níveis da sociedade. Neste artigo, trataremos de um desses costumes que são incompatíveis com o que se preconiza na Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988), considerada a Constituição Cidadã brasileira. Discutiremos como a personificação da mulher compromete sua vida pessoal e social, e como essa relação interfere na sociedade como um todo. Esse interesse decorre do fato de que durante anos as mulheres vêm lutando pelos seus direitos, por direitos iguais aos dos homens e também por segurança e respeito, visando conquistar, com isso, sua independência e seu espaço no mercado de trabalho.

Durante o período do Estado Novo, Getúlio Vargas (1882-1954), sancionara o Decreto-Lei n. 5.452, de 1 de maio de 1943, promulgando e aprovando a criação da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), possibilitando, desta forma, mais oportunidades trabalhistas ao público feminino (BRASIL, 1943). Ademais, no ano seguinte, esses direitos foram especializados, garantindo (i) trabalho noturno da mulher em algumas atividades desde que maior de 18 anos, (ii) a ampliação do período de descanso, (iii) a melhoria nos cuidados médicos e nos locais de trabalho e, também, (iii) a proteção da maternidade; entre outros.

Exposta essa breve contextualização, objetivamos, neste trabalho, proceder a uma revisão histórica da relação das mulheres na sociedade, discutindo seu papel e questionando a relação de opressão e de submissão por elas sofridas. Para tanto, procedemos a uma revisão da literatura, que aborda o histórico patriarcal de opressão da mulher na vida social e analisa como ela tem se mantido nesse espaço.

## **2 | PERSPECTIVA HISTÓRICA**

Em seu primórdios, a sociedade era formada por famílias nômades. Nesse contexto, não havia uma hierarquia propriamente dita. Entretanto, existia uma “divisão de funções”, em que o homem era responsável por trazer a comida e por defender o clã, enquanto a mulher era responsável por cuidar da sociedade, ou seja, das provisões e das crias.

### **2.1 Divisão das perspectivas de mundo**

Neste cenário, a força física também parecia influenciar nas atividades. O ser humano não é dotado de agilidade, de força ou de resistência, equiparados a outros animais. Contudo, desenvolveu ferramentas artificiais e estratégias de persistência que

o colocou no topo da cadeia alimentar. Quando o homem ia à caça, mantinha-se focado vários dias na missão de conseguir uma presa, ou por meio de armadilha ou por meio do cansaço da mesma. A técnica da caça consistia em perseguir a presa até abatê-la e levá-la para “casa” com a finalidade de aprovisionar alimentação, vestimenta e futuramente auxiliar na construção de abrigos para os membros da “família”.

Enquanto os homens caçavam, as mulheres permaneciam em seus ambientes familiares, com a função de colher frutos, de cuidar dos filhos e de prestar atenção em tudo a sua volta, pois a qualquer momento um predador poderia ser avistado e todas deveriam ser alertadas para proteger seus filhos e a si próprias (ROSSETTI, 2017).

Com essa divisão de tarefas, homens e mulheres desenvolveram diferentes visões de mundos que, na atualidade, e por meio da neurociência, que trouxe importantes descobertas, como a identificação do nível de testosterona recebido no córtex cerebral, uns dos possíveis influenciadores do entendimento e percepção do ambiente (ROMANZOTI, 2012).

## **2.2 A gênese da submissão patriarcal**

Quando o ser humano deixou de ser nômade, a organização das sociedades tomou outro rumo. As primeiras sociedades fixas eram governadas por mulheres, pois associavam a imagem feminina ao divino. Essa visão mítica decorre da fertilidade, uma vez que somente as mulheres são detentoras do processo gestacional. Entretanto, o homem passou a impor-se ante à mulher, em decorrência de sua própria atividade, que girava em torno da dependência do deslocamento da sociedade e assim, o homem começou a prática do ócio.

Na Grécia Antiga, valorizava-se o ócio em detrimento ao trabalho, principalmente entre os atenienses. O ócio era uma condição ou um estado da não necessidade de trabalhar. Aristóteles (séc. 384 a.C.) presava pela vida ociosa em contraposição à vida de ação, entendendo por ação as atividades dirigidas para obtenção de fins materiais. O ócio não era considerado diversão ou recreio, uma vez que essas eram atividades diretamente relacionadas ao descanso do trabalho e à capacidade de viver devidamente. Genericamente, para os gregos, o ócio era a base do homem livre e feliz.

A vida cotidiana dos gregos estava fundamentada nos ginásios esportivos, nas termas, nos fóruns ou em outros lugares de reuniões públicas. Em outras palavras, os nomes dados aos lugares destinados à educação significavam ócio para os gregos. Assim, eles consideravam o ócio como algo a ser alcançado e desfrutado (STORITA, 2009).

Com a evolução da agricultura e da agropecuária, o homem não necessitava mais ir à caça para obter seu sustento. Passou assim a fixar-se em um lugar, desfrutando de mais tempo livre e, conseqüentemente, à prática da filosofia, exercitando o seu pensamento, privilégio esse que cabia somente aos homens, ficando a mulher presa em suas funções limitadas.

Com o passar do tempo ficou subentendido que a mulher não era merecedora

do conhecimento e, por isso, não podia estar à margem do poder. Logo, a sociedade a encarava como se fosse um objeto. Isso ocorreu até o final da Segunda Guerra Mundial, quando a oferta de homens no mercado de trabalho era escassa, necessitando-se empregar mulheres para suprir às necessidades do mercado e da sociedade. Historicamente, no Brasil, as mulheres conseguiram seu direito à cidadania há pouco mais de 40 anos; uma gênese tarde na história nacional.

### 3 I A PERSONIFICAÇÃO DA MULHER

A mulher brasileira somente conseguiu mostrar sua voz e ser respeitada há 40 anos. Até então, não havia representatividade dela na sociedade. Sua visão estava restrita à imagem da dona-de-casa, tipificada pela Amélia.<sup>1</sup> Nesse cenário, se fosse perguntado a uma menina o que gostaria de ser quando crescer, muito provavelmente ela diria que gostaria de se casar com um marido rico e ser uma ótima mãe. Profissões em cargos públicos, em empresas e em trabalhos braçais, provavelmente, não seriam cogitadas por elas, pois não cabia à mulher o direito de almejar ou assumir atividades de exigência intelectual ou físicas antes reservadas às figuras masculinas.

Como se não bastasse um tipo de “manual” do que fazer, a mulher trouxe consigo um “manual” de como ser, com critérios de exigência como: ser fina, delicada, amorosa, amável, “fitness”, etc. Para livrar-se desse molde é muito difícil, pois é necessário encarar a reprova de boa parte da sociedade e o apoio de poucos, visto que o conceito de “adulto ideal” é introduzido desde a infância.

#### 3.1 Outros tempos?

Na literatura, é importante ter em mente que, boa parte dos contos ou obras literárias foram criadas para o entretenimento dos adultos urbanizados do século 19, é quando começa o romantismo europeu, que busca a retomada dos valores medievais como crítica à realidade industrial em que viviam. Sendo assim, eles poderiam conter cenas, mas bem detalhadas sobre temas maduros e violentos, por exemplo, no conto original da Cinderela, do livro contos infantis e domésticos dos irmãos Grimm, as irmãs se mutilam para caber no sapatinho cristal.

Dado o breve contexto histórico, pode-se encontrar em várias obras do período a figura da mulher desejada sexualmente e incapaz de se manter segura ou fugir do vilão sem a ajuda de alguém para lhe salvar. Tem-se como exemplo na obra *O Corcunda de Notre-Dame* (1831), de Victor Hugo<sup>2</sup>, a cigana Esmeralda, que é cobiçada sexualmente tanto por Claude Frollo (o arcebispo da Catedral) quanto por Febo (capitão da guarda real comprometido), sendo este último personagem o interesse amoroso não correspondido

1 Composição de Ataulfo Alves e Mário Lago. Disponível em <https://www.vagalume.com.br/mario-lago/ai-que-saudades-da-amelia.html>. Acesso em 6 jul 2020.

2 Hugo, V. **O Corcunda de Notre-Dame**, Editora Scipione, 1831, 940p.

de Esmeralda. E, então, é necessário que o Quasímodo (o sinaleiro corcunda), que também apaixonou-se por ela, à proteja da luxúria do arcebispo. A obra original é uma crítica da decadente sociedade francesa da época.

Outra obra que representa uma realidade bem triste é a da *A Bela e a Fera* de Jeanne-Marie LePrince de Beaumont (1756)<sup>3</sup>, provavelmente a história teve inspiração no caso de Pedro González e Catherine; Pedro fazia parte da corte de Henrique II da França, que era comparado com uma “fera” por ser portador da hipertricose, uma anomalia genética que faz com que os pelos cresçam mais. Na realidade, podemos inferir que houve várias situações em que se concretizou o conto, em que várias mulheres tiveram casamentos estabelecidos por arranjos, sem conhecimentos sobre a pessoa do parceiro, ou mesmo sem nutrir qualquer amor pelo pretendente, que muitas vezes as maltratavam, violentavam e até humilhavam-nas por não acatarem as ordens ou por não serem do seu gosto e, como não existia divórcio, as mulheres eram abandonadas em algum lugar, vendidas ou mortas.

Os clássicos nacionais também não são exceção. A *Iracema* (1865) de José de Alencar<sup>4</sup> é a personificação da índia perfeita que se apaixona perdidamente pelo “príncipe” europeu às custas de ser banida de sua tribo para viver com o seu amado e seu filho (“o primeiro cearense”). Também o conhecido clássico caso de “traição” de Bentinho e de Capitu, na obra *Dom Casmurro* (1899) de Machado de Assis<sup>5</sup>, é motivo de debate entre acadêmicos até hoje. A história é contada na visão de Bentinho que no começo apresenta desejo por Capitu, mas conforme eles começam a viver juntos outros traços (tanto do narrador-protagonista, quanto de sua amada) começam a “surgir”, como o desejo dele de posse e dela os “olhos de cigana obliqua e dissimulada”. Como é o próprio narrador que conta a história e ela se desdobra com base em suas lembranças, não há como ser confirmado por parte do leitor a veracidade da traição ou não de Capitu com Escobar (amigo do protagonista); essa incógnita é de tamanha controversa que várias adaptações e, até um julgamento feito por estudantes de direito, foram feitos para tentar acabar com esse impasse.

Frisa-se que obras antigas, apesar de não necessariamente refletirem os valores da atualidade, ainda têm um importante papel na compreensão do passado. O objetivo do presente artigo nunca foi menosprezar ou repudiar tais obras, mas sim analisá-los sobre um ponto de vista crítico.

### 3.2 Implantação da ideia da mulher ideal

Essas ideias são internalizadas desde a infância, através de condicionamentos que se estabelecem quando ainda crianças começam a ouvir histórias de princesas em perigo e à espera de um príncipe encantado, capaz de resolver os problemas, com desfecho

3 LePrince, JM. **A Bela e a Fera**. Magasin des enfants (1756)

4 Alencar, J. **Iracema**. Editora Typ. de Viana & Filhos, 1865, 202p.

5 Assis, M. **Dom Casmurro**. Editora Livraria Garnier, 1899.

marital e promessa de felicidade eterna. Da mesma forma, as cantigas populares trazem em suas melodias a personificação da mulher, como é o caso da música *O Cravo brigou com a Rosa*.

### **O Cravo brigou com a Rosa**

O cravo brigou com a rosa

Debaixo de uma sacada

O cravo saiu ferido

E a rosa despedaçada

O cravo ficou doente

E a rosa foi visitar

O cravo teve um desmaio

E a rosa pôs-se a chorar

A rosa fez serenata

O cravo foi espiar

E as flores fizeram festa

Porque eles vão se casar<sup>6</sup>

A cantiga de Villa Lobos retrata uma briga de casal, uma certa divergência no desejo de ambas as partes, o que pode ter sido o motivo para a discussão. A melodia dá a impressão que ficaram afastados por um tempo, a Rosa, quando soube que o Cravo estava doente, decidiu fazer-lhe uma visita, mesmo que a briga tenha deixado marcas em ambos (a Rosa saiu despetalada e o Cravo saiu ferido). Quando ele a viu, teve um desmaio (fazendo o papel do homem que está sofrendo pela presença da mulher amada depois da briga ou um meio para fazê-la se sentir culpada pelo ocorrido). Ao fazer isso, a Rosa se sensibiliza com o estado do Cravo e com isso se derrama em lágrimas, achando que é culpada. (TERAPIA ZERO, 2008).

A partir de uma outra letra de música popular, aparentemente doce e inocente, podemos formular diversas interpretações.

---

6 Composição de Villa Lobos. Disponível em <https://www.letras.mus.br/cantigas-populares/631308/>. Acesso em 6 jul 2020.

## Terezinha de Jesus

Terezinha de Jesus

De uma queda, foi ao chão

Acudiram três cavalheiros

Todos os três, chapéu na mão

O primeiro foi seu pai

O segundo, seu irmão

O terceiro foi aquele

Que a Tereza deu a mão

Terezinha levantou-se

Levantou-se lá do chão

E sorrindo disse ao noivo

Eu te dou meu coração<sup>7</sup>

A cantiga trata da fragilidade e da fraqueza da Terezinha de Jesus, que “de uma queda foi ao chão” e que precisava de alguém que a cuidasse deixando a mulher em situação de desprestígio ou fragilidade em relação ao homem. A segunda estrofe fala da figura masculina, o primeiro foi seu pai (senhor e chefe da família), onde a mulher tem respeito e obediência incondicional. A segunda figura masculina é a do irmão, uma extensão da figura paterna. Por fim, o “Príncipe Encantado”, o homem que a mulher sempre espera, dando a mão (PEREIRA, 2018).

A figura da mulher é a de um ser frágil, passível de “quedas”, sempre necessitando da presença masculina a seu lado onde estenda a mão para ajudá-las. Destacamos, ainda, uma atenção na estrofe em que Teresinha diz ao noivo “Eu te dou meu coração”: coloca-se em voga o casamento como uma solução para que as mulheres alcancem o destino natural, seguindo o estereótipo da mulher Amélia e do seu marido.

O conteúdo dessa cantiga mostra uma realidade heterossexual com sua perversidade hierárquica, com suas relações de poder e com seu processo de elevação da figura masculina e a servidão da feminina.

---

<sup>7</sup> Composição desconhecida. Disponível em <https://www.lettras.mus.br/temas-infantis/462373/>. Acesso em 6 jul 2020.

### 3.3 As influências infantis modernas

Os filmes clássicos infantis retratam também essa personificação. Contudo, os estúdios responsáveis pelas produções vêm aos poucos adaptando suas produções, quebrando esses estereótipos. Um dos principais exemplos é “Shrek”. O filme remete à mística dos contos clássicos, em que tudo acontece em um reino encantado, mas os personagens principais são ogros, fugindo a esse padrão esperado, fugindo à rotina do gênero conto de fadas, que vivem de uma maneira não muito elegante. Quando Fionna assume seu amor por Shrek, este transforma-se, definitivamente, em um ogro. Percebe-se que a cada nova produção cinematográfica a quebra de estereótipos vem se intensificando.

Outro tipo de moldagem que recebemos na infância são os brinquedos. Além de servirem para diversão da criança, eles também são um dos fatores que podem auxiliar na identidade do indivíduo, uma vez que esse tipo de interação fica estereotipada, quando o desenvolvimento da criança é “manipulado” pela divisão dos brinquedos para meninos e para as meninas.

Se notarmos, é possível perceber que na seção de meninos, encontram-se muito mais brinquedos relacionados à solução de problemas e ao estímulo da criatividade, enquanto o das meninas está relacionada à beleza, à maternidade e à vida doméstica. Também é possível identificarmos um padrão de cores, em que o “azul” e/ou tons escuros seriam para os menino e o “rosa” e/ou tons claros, para as meninas, sendo que nenhum “[...] pode gostar da cor do gênero oposto” (JUNGES, 2014, p. 28). Esquece-se que em um passado não muito distante os príncipes eram retratados com vestimentas rosas, considerada uma cor masculina, e as princesas com o azul, considerada uma cor feminina.

Outro tipo de estereótipo volta-se ao sexismo. No universo dos jogos virtuais, fica fácil perceber isso: uma olhada rápida nos personagens de “Batman Arkham Knight” da WB games, percebe-se para quem os decotes foram reservados (para as personagens femininas), enquanto Batman está cada vez mais forte e equipado. Outro exemplo é a personagem “Lara Croft” da série “Tomb Raider”, que só recentemente teve as curvas reduzidas para agradar o público feminino. Isso acontece porque são personagens femininas feitas por homens e para os homens, já que os vídeos-jogos são considerados “coisa de menino”.

### 3.4 Propagação da corrente do machismo

Destacamos, também, que, no convívio com crianças, as pessoas que as circundam são grandes influenciadoras para a construção de ideais, uma vez que crianças e adolescentes buscam entender o mundo e, para isso, observam o que acontece a seu redor e imitam os comportamentos dentro do possível. (BANDURA, 1973). Muitas vezes, o questionamento não é feito, já que as pessoas que a tomam como exemplo têm atitudes e comportamentos que serão copiados e adaptados para se integrar ao meio.

O machismo é um comportamento derivado das práticas educacionais e culturais que embutem nos meninos a percepção de que a figura feminina é e está em desvantagem em relação ao papel masculino e, muitas vezes, esse comportamento é ensinado de geração a geração.

Uma pesquisa realizada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada IPEA (OSÓRIO & FONTOURA, 2016), mostrou que mais de 58,5% dos entrevistados concordaram totalmente ou parcialmente com a frase “se as mulheres soubessem como se comportar haveria menos estupros”, situação que deixa claro a forma como a sociedade brasileira concebe o papel da mulher.

Embora tenhamos duas legislações importantes na defesa da mulher, como a Lei nº 11.340/2006 (conhecida como Lei Maria da Penha) e a Lei 13.104/2015, que torna o feminicídio crime hediondo, ainda há a necessidade de avanços nas políticas públicas para maior conscientização e maior efetividade no combate às práticas de violência contra a mulher.

## **4 | O PESO DA LAPIDAÇÃO DA SOCIEDADE**

Além disso, é importante considerar o “teto de vidro” imposto sobre as mulheres. Alguns concursos, vestibulares ou empresas, no que diz respeito a sua hierarquia, podem dificultar o ingresso de mulheres, devido ao estereótipo de que elas não têm tempo ou capacidade para tais posições. Simplesmente, pelo fato de serem mulheres. Desse modo, um mesmo currículo enviado com o nome de um homem tem mais propostas, salários melhores do que com o nome de uma mulher (CARDOSO, 2018).

Em 2018, um concurso da Polícia Militar do Paraná (PM/PR) colocou a masculinidade como critério de inclusão na avaliação psicológica. No edital, definia-se a masculinidade como *a capacidade do indivíduo em não se impressionar com cenas violentas, suportar vulgaridades, e não se emocionar facilmente, tampouco demonstrar interesse em histórias românticas e de amor*. Como se a masculinidade fosse fator essencial para se tornar um(a) policial. Levando-se em consideração a seguinte situação imaginária, fica o questionamento: Se esse teste não tivesse sido reformulado, e o critério da “masculinidade” tivesse seguido adiante, a mulher que fosse aprovada neste concurso seria ridicularizada por ser “masculina”?; E o homem que não passasse no concurso também seria ridicularizado pela “falta de masculinidade” necessária?

### **4.1 A Lei e a Realidade**

Do mesmo modo em percebe-se dificuldades de crescimento no ramo empresarial, pois há empregadores que reduzem as mulheres à meras reprodutoras e incapazes de gerar alta produtividade. De acordo com o artigo 7, inciso XVIII e XIX da Constituição de 1988, a mulher tem direito a 120 dias para cuidar da criança e o homem, 5 dias (BRASIL, 1988), e a ilusão de que a mulher custará mais, por ter mais tempo em casa com a criança,



podem levar muitos empresários a calcular que terão prejuízos em sua contratação.

Desconsidera-se o fato de que é necessário, geneticamente, de um gameta masculino associado a um feminino para que comece a vida. A mulher não é, sozinha, responsável por gerar ou por fabricar a vida. O pai tem responsabilidades para com a criança e, também, para com seu processo de formação.

Outra diferenciação presente na Constituição de 1988, está no artigo 201, parágrafo 7, inciso I e II, que trata da aposentadoria. Na aposentadoria por idade, o homem aposenta-se com 65 anos de idade e a mulher, com 62, observando o tempo mínimo de contribuição. No meio rural, tanto o homem quanto a mulher aposentam por idade: ele com 60 e ela com 55. O fato de a mulher aposentar-se antes do que o homem se deve à “dupla jornada de trabalho” que ela teria, ou seja, o emprego formal, fora de casa, e o “emprego informal” em sua residência. Mais uma vez se encontra a ideia de que a função da mulher está relacionada ao ambiente domiciliar (BRASIL, 1988).

O quadro eleitoral apresentado em 2018, demonstra como a mulher ainda é separada da figura política, apesar de ser boa parte da representação da sociedade. No ano de 2016, foi feita uma pesquisa que constata que apenas 10,5% dos assentos da Câmara dos Deputados são ocupados por mulheres (LUIZA, 2018). Cenário esse que faz com que o padrão dos candidatos dessas eleições seja composto de homens, heterossexuais, casados e com idades que em outras profissões estaria próximo ou já aposentado (TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL, 2018).

## 4.2 Problemas em números

Em um cenário predominantemente machista a vida profissional da mulher e a realidade econômica e social do país são deteriorados. No Ensino Médio, a taxa de frequência de mulheres é de 73,5%, a de homens é de 63,2%. No Ensino Superior, 23,5% chegam à conclusão, ao passo que 20,7% de homens concluem a Graduação. Nas gerências de empresas, apenas 37,8% estão nas mãos de mulheres, mesmo que seu percentual de conclusão do Ensino Médio e do Superior seja maior do que o dos homens.

Desse cenário, questionamos para onde essas mulheres vão depois de se formarem? De acordo com a porcentagem de tempo dedicado aos afazeres domésticos, as mulheres dedicam (em horas semanais) cerca de 18,1%, quase o dobro dos homens (LUIZA, 2018).

Em se considerando a Constituição de 1988, vemos tipificado no artigo 7, inciso XXX, a “proibição de diferença de salário, de exercício de função e de critérios de admissão por motivo de sexo, idade, cor ou estado civil” (BRASIL, 1988). Também vemos no artigo 3, inciso IV, a indicação de que cabe à Federação “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação” (BRASIL, 1988). Dentre esses e outros exemplos, percebemos uma lacuna entre o que está na lei e o que realmente acontece.

Outro exemplo de como o estereótipo prejudica a evolução da nação é em relação

as mulheres que fizeram doutorado na área de *Science, Technology, Engineering, Arts and Mathematics* (STEAM, em português, Ciência, Tecnologia, Engenharia, Artes e Matemática) em todas as universidades públicas de Ohio com dados do projeto UMETRICS<sup>8</sup>, que fornece informações sobre estudantes ajudados por verba federal de pesquisa e que consequentemente aponta quantos alunos desistem do curso: entre as mulheres da sala havia uma probabilidade de 12% de desistirem do curso, sendo elas as únicas na sala. Esse percentual decorre do fato de ser um ambiente cercado por homens, o que diminui a sensação de pertencimento aquele grupo. Constatou-se ainda que a probabilidade da desistência diminui em 2% para cada aumento de 10% no número de alunas (GALILEU, 2018).

## 5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

O papel feminino tem sua construção pautada nos valores organizados por uma sociedade que estabeleceu fortemente uma hierarquia de atividades e percepções de competências entre os gêneros, solidificando a imagem de fragilidade e inferioridade da mulher em comparação com a figura masculina.

Essa condição de opressão e discriminação do gênero feminino aparece sutilmente na literatura e nas cantigas populares, assim como no modo de educação desempenhado na parentalidade, tornando o processo de introjeção do que é ser “o feminino”, como objeto de dependência, de tibieza e fracasso.

Lutas e conquistas importantes ao longo dos anos têm sido erguidas por mulheres resilientes, que buscam renovar o olhar da sociedade sobre as potencialidades e habilidades femininas, sem prejuízos dos valores e possibilidades masculinas, intentando firmar a igualdade e o respeito entre os gêneros.

Expressivas mudanças de atitudes e comportamentos se apresentam na mulher do século 21, que assumiu importantes níveis de escolarização, está inserida no mercado de trabalho e ainda coaduna tarefas domésticas e criação dos filhos.

Mesmo assim, parece haver um longo período a percorrer para que a justa igualdade entre os gêneros resista a um milenar conceito da mulher que reflete em ódio e desrespeito, desonra e rebaixamento, o que poderia ser minimizado se a educação e orientações voltadas a ambos os gêneros, desde a infância, contemplasse o que nos une enquanto humanos: a dignidade da pessoa, os direitos humanos.

É necessário ressaltar que obras e fatos históricos muitas vezes são um reflexo dos valores sociais e morais de uma determinada época. Por conseguinte, não é justo avaliá-los fora de seu contexto geográfico-temporal. O passado deve servir de guia para o futuro, repeti-lo ou ignorá-lo é ingenuidade.

---

8

Disponível em <https://umetrics.com/about-us>. Acesso em 7 jul 2020.

## REFERÊNCIAS

BANDURA, A. **Agression: A Social Learning Analysis**. Englewood Clifles, NJ: Prentice Hall, 1973.

BRASIL. **Consolidação das leis Trabalhistas**. Consolidação (das) Leis do Trabalhador. Brasília: Senado Federal, 1943. Disponível em [www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Decreto-Lei/Del5452.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del5452.htm). Acesso em 5 nov 2018.

\_\_\_\_\_. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Constituição (da) República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, 1988. Disponível em [www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/ConstituicaoCompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/ConstituicaoCompilado.htm). Acesso em 4 nov 2018.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006**. Lei Maria da Penha, Brasília, DF. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm).

\_\_\_\_\_. **Lei nº 13.104, de 9 de março de 2015**. Lei do feminicídio, Brasília, DF. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/l13104.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13104.htm).

CARDOSO, V. T. **O fenômeno Teto de Vidro e a ocupação da mulher no mercado de trabalho**. Publicado originalmente em 21 de janeiro de 2018. Disponível em [www.administradores.com.br/artigos/carreira/o-fenomeno-teto-de-vidro-e-a-ocupacao-da-mulher-no-mercado-de-trabalho/61094/](http://www.administradores.com.br/artigos/carreira/o-fenomeno-teto-de-vidro-e-a-ocupacao-da-mulher-no-mercado-de-trabalho/61094/). Acesso em 20 nov 2018.

GALILEU. Redação da Revista Galileu. **Quanto menos mulheres, mais elas desistem de carreiras nas ciências**. Publicado originalmente em 17 de outubro de 2019. Disponível em <https://revistagalileu.globo.com/Ciencia/noticia/2018/09/quanto-menos-mulheres-mais-elas-desistem-de-carreira-nas-ciencias.html>. Acesso em 14 nov 2018.

JUNGES, R. **Meninos que brincam com bonecas viram menina?** Diferenças de gênero nas brincadeiras de crianças de 4 a 5 anos. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Licenciatura em Pedagogia). Centro Universitário UNIVATES, Lajeado, 2014. Disponível em <https://www.univates.br/bdu/bitstream/10737/712/1/2014RafaelaJunges.pdf>. Acesso em 24 nov 2018.

LUIZA, C. **A desigualdade de Gênero no Brasil em um Gráfico**. Publicado originalmente em 7 de março de 2018. Disponível em <https://exame.abril.com.br/brasil/a-desigualdade-de-genero-no-brasil-em-um-grafico/>. Acesso em 14 nov 2018.

OSÓRIO, R.F.; FONTOURA, N. **Tolerância social à violência contra mulheres**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA. 2016.

PEREIRA, R. C. **Teresinha de Jesus**. Interpretação da Cantiga de roda. 2018. Disponível em <https://www.portaleducacao.com.br/conteudo/artigos/educacao/terezinha-de-jesus-uma-interpretacao-da-cantiga-de-roda/58299>. Acesso em 17 nov 2018

ROMANZOTI, N. **Homens e mulheres enxergam o mundo de maneira diferente?** Publicado originalmente em 8 de outubro de 2012. Disponível em <https://hypescience.com/homens-e-mulheres-enxergam-o-mundo-de-maneira-diferente/>. Acesso em 23 nov 2018.

ROSSETTI, V. **A estrutura social de caçadores-coletores sob a perspectiva da igualdade entre os sexos**. Publicado originalmente em 8 de março de 2017. Disponível em <https://netnature.wordpress.com/2017/03/08/a-estrutura-social-de-cacadores-coletores-sob-a-perspectiva-da-igualdade-entre-os-sexos/>. Acesso em 29 jun 2020

STORITA. **Os conceitos de trabalho e de ócio**. Publicado originalmente em 4 de março de 2009. Disponível em <https://areaintegracao.blogspot.com/2009/03/os-conceitos-de-trabalho-e-de-ocio.html>. Disponível em 23 nov 2018.

TSE. Tribunal Superior Eleitoral. **Estatísticas eleitorais**. 2018. Disponível em <http://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas/estatisticas-eleitorais>. Acesso em 24 nov 2018.

TERAPIA ZERO [Blog Pessoal de Anna V]. **A canção infantil em debate (II)**. Disponível em <http://terapiazero.blogspot.com/2008/02/cano-infantil-em-debate-ii.html>. Acesso em 17 nov 2018.

## ÍNDICE REMISSIVO

### A

Adolescente 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 309

Agrobiodiversidade 268, 269, 270, 272, 274, 275, 276, 277, 278, 279, 280, 281

Agronegócio 13, 271, 272, 273, 274, 275, 282, 283, 284, 293, 295, 296, 298, 299, 300, 301

### C

Conceito 16, 17, 22, 23, 32, 33, 37, 40, 92, 95, 104, 105, 107, 108, 112, 113, 114, 123, 147, 174, 181, 205, 212, 239, 242, 243, 244, 245, 246, 256, 273, 274, 284, 291, 295, 330, 332, 339

Constituição 2, 3, 4, 12, 13, 15, 16, 18, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 34, 35, 36, 42, 46, 49, 60, 62, 63, 68, 70, 72, 76, 90, 99, 102, 103, 104, 112, 120, 123, 129, 133, 134, 136, 137, 142, 143, 150, 152, 173, 180, 181, 182, 190, 191, 192, 203, 210, 211, 213, 225, 238, 243, 244, 246, 250, 252, 254, 255, 256, 257, 259, 263, 273, 280, 283, 285, 301, 302, 303, 304, 307, 308, 309, 310, 311, 326, 328, 329, 330, 331, 332, 336, 337, 338, 341, 343

Corte interamericana 1, 2, 5, 13

Criança 20, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 158, 163, 189, 209, 210, 211, 309

Cultura de paz 86, 101, 235, 339, 340, 341, 345, 350

### D

Direito 3, 4, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 17, 23, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 77, 85, 86, 89, 90, 91, 92, 93, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 111, 114, 120, 121, 122, 123, 124, 126, 127, 128, 129, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 139, 142, 143, 144, 149, 150, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 180, 181, 182, 192, 205, 206, 210, 224, 227, 229, 230, 235, 236, 237, 239, 241, 242, 243, 244, 245, 246, 247, 248, 249, 250, 251, 252, 253, 254, 255, 256, 259, 260, 261, 263, 266, 267, 268, 270, 272, 273, 276, 280, 281, 283, 284, 285, 286, 288, 291, 292, 293, 294, 295, 296, 297, 298, 301, 302, 303, 304, 307, 308, 309, 310, 311, 312, 313, 314, 315, 317, 318, 319, 320, 321, 322, 323, 324, 325, 326, 327, 328, 329, 330, 331, 332, 333, 334, 335, 336, 337, 338, 339, 340, 341, 342, 343, 344, 345, 349, 350, 351, 352

Direito à imagem 58, 61, 62, 63, 65, 66, 67, 69, 70, 72

Direito ambiental 239, 242, 243, 244, 246, 247, 248, 249, 250, 251, 252, 253, 254, 255, 259, 266, 267, 273, 280

Direito migratório 102

Direitos humanos 1, 2, 4, 5, 13, 83, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 112, 113, 114, 123, 142, 144, 145, 153, 157, 165, 166, 167, 169, 180, 192, 198, 212, 217, 222, 225, 303, 304,

307, 308, 310, 324, 341, 352

Direito vivo 325, 326, 327, 328, 329, 330, 331, 332, 333, 334, 335, 336, 337, 338

## **E**

Educação 83, 111, 112, 125, 129, 130, 131, 133, 134, 139, 145, 150, 151, 153, 156, 159, 160, 163, 198, 201, 204, 212, 233, 240, 241, 247, 249, 252, 253, 302, 303, 304, 305, 306, 307, 308, 309, 310, 311, 314, 315, 319, 322, 339, 340, 341, 343, 352

Empoderamento 83, 143, 224, 226, 230, 231, 232, 235, 278, 339, 341, 343

Ensino jurídico 100, 312, 313, 314, 315, 317, 318, 319, 320, 321, 322, 323

Eugen Ehrlich 325, 326, 328, 336, 338

Ex-apenados 146, 147, 150, 154

## **F**

Feminicídio 193, 194, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 210, 213, 215, 217, 218, 219, 221, 222, 229, 235, 236

## **H**

Humanismo 15, 16, 20, 21, 23, 27, 28, 156, 157, 158, 160, 161, 166

## **I**

Idoso 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 309

## **J**

Justiça restaurativa 73, 74, 75, 78, 81, 82, 83, 84, 85, 87, 160, 162, 163, 164, 224, 226, 227, 228, 230, 231, 232, 233, 234, 343

## **M**

Mediação 34, 77, 78, 79, 80, 86, 87, 88, 89, 90, 93, 94, 95, 96, 97, 99, 100, 101, 290, 339, 340, 341, 342, 343, 345, 346, 347, 348, 349, 350, 351

Meio ambiente 160, 237, 238, 239, 241, 242, 243, 244, 245, 246, 247, 248, 249, 250, 251, 252, 254, 255, 256, 257, 259, 260, 261, 262, 263, 266, 272, 273, 274, 277, 280, 281, 308, 352

Mídia 178, 179, 182, 183, 184, 185, 187, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 200, 201, 252, 272, 278, 280

## **N**

Natureza 4, 17, 20, 21, 34, 42, 43, 48, 65, 66, 68, 76, 80, 85, 105, 106, 107, 128, 131, 159, 182, 218, 219, 231, 237, 238, 239, 240, 241, 242, 248, 250, 256, 257, 258, 260, 266, 270, 273, 274, 281, 288, 289, 294, 295, 299, 309, 333, 335, 343

## O

Opressão 202, 203, 212, 309

## P

Perspectiva Waratiana 312

Pessoas públicas 58, 62, 63, 65, 66, 69

Política criminal 156, 157, 158, 160, 163, 165, 173, 174, 177

Princípios constitucionais 30, 32, 39, 42, 45, 99, 113, 186, 190, 333, 348

Processo Judicial Eletrônico 135, 136, 138, 139, 141, 142, 143, 144

Programas policiais 178, 179, 186

## R

Responsabilização ambiental 254, 255

## S

Superlotação carcerária 168

## T

Trabalho 1, 2, 6, 7, 8, 9, 10, 12, 13, 15, 32, 45, 49, 58, 64, 65, 70, 80, 81, 86, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 107, 108, 109, 111, 112, 113, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 135, 136, 138, 139, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 163, 168, 170, 178, 181, 193, 197, 202, 203, 204, 205, 211, 212, 213, 214, 217, 222, 224, 233, 243, 255, 256, 270, 287, 297, 305, 307, 308, 309, 311, 312, 313, 315, 317




## V

Violência 73, 75, 82, 83, 84, 85, 130, 133, 159, 160, 171, 175, 179, 182, 183, 187, 191, 192, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 210, 213, 215, 216, 217, 218, 219, 220, 221, 222, 223, 224, 225, 226, 228, 229, 230, 231, 232, 233, 234, 235, 236, 309, 340, 341, 346

Violência doméstica 73, 75, 83, 84, 85, 196, 197, 199, 217, 218, 219, 221, 222, 224, 226, 228, 229, 230, 231, 233, 234, 235, 236

Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos  
(Organizador)

# A Natureza e o Conceito do Direito 3





 [www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)  
 [contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br)  
 [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)  
 [www.facebook.com/atenaeditora.com.br](https://www.facebook.com/atenaeditora.com.br)

  
**Ano 2020**



Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos  
(Organizador)

# A Natureza e o Conceito do Direito 3

 [www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)  
 [contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br)  
 [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)  
 [www.facebook.com/atenaeditora.com.br](https://www.facebook.com/atenaeditora.com.br)

  
**Ano 2020**